

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Vale reduzirá vendas em 75 milhões de toneladas em 2019	2
Título: Depoimento de Schvartsman na CPI irrita senadores	4
Título: Sinergias de fusão de Fibría e Suzano podem ser maiores.....	6
Título: Saudi Aramco leva controle da Sabic por US\$ 69 bilhões.....	7
Título: Eletrobras vai à Justiça por indenizações.....	8
Título: CPFL vê tendência de retomada do crescimento do consumo.....	11
Título: FS Bioenergia investe R\$ 1 bi em usina de etanol de milho	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: » Ranking verde.	14
Título: Eletrobrás sai do prejuízo, mas quer recursos.....	14
Título: Outras 4 barragens de Minas estão em alerta ‘amarelo’	15
Título: Apagões fazem Venezuela voltar no tempo	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Temer vira réu em caso da mala com R\$ 500 mil entregue a assessor do MDB	17
Título: Em live, Bolsonaro sinaliza mais medidas para caminhoneiros.....	19
Título: Eletrobras quer segurar parte dos dividendos	21
Título: BC reduz projeção do PIB para 2% e diz que Brumadinho afeta economia	21
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Três barragens da Vale entram em nível máximo de alerta	22
Título: União dará crédito maior a estado que privatizar empresas	24
Título: Presidente promete novas medidas para caminhoneiros	25
Título: Eletrobras obtém maior lucro em 20 anos: R\$ 13,3 bi em 2018	26

VEÍCULO:	Correio Braziliense.....	27
Título:	Eletrobras lucra R\$ 13 bi.....	27
Título:	O lucro recorde das estatais	28

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale reduzirá vendas em 75 milhões de toneladas em 2019

A Vale sinalizou ontem ao mercado quais vão ser os impactos de Brumadinho sobre o negócio de minério de ferro em 2019. O cenário base considera uma redução de 75 milhões de toneladas nas vendas do produto da empresa neste ano. Há ainda uma estimativa mais otimista, que prevê redução de 50 milhões de toneladas. A previsão original da mineradora era vender 382 milhões de toneladas da commodity neste ano - a partir de uma produção de 400 milhões de toneladas - volume que agora deverá ficar entre 307 milhões e 332 milhões. O volume final de vendas - se será o piso ou o teto dessa banda - vai depender da velocidade com que a Vale consiga colocar novamente em operação a mina de Brucutu, em Minas Gerais.

A avaliação de bancos de investimento, depois do anúncio feito ontem pela Vale em teleconferências com analistas, é de que a redução dos volumes de venda em 2019 tende a provocar déficit na relação entre oferta e demanda no mercado internacional de minério de ferro, fazendo com que os preços alcancem patamares de US\$ 100 por tonelada (ontem a commodity caiu 0,5% no porto de Qingdao, na China, a US\$ 84,68). Na quarta-feira, a Vale já havia

atualizado números mostrando que o impacto acumulado de Brumadinho até agora é de 93 milhões de toneladas anuais.

"A possibilidade de retomada de produção não é prioridade da companhia; a prioridade é a segurança das operações, das pessoas e das comunidades", disse aos analistas o diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani Pires. Ele conduziu duas teleconferências (uma em português e uma em inglês) sem a participação de outros executivos da companhia nas quais o tema foi exclusivamente Brumadinho e suas repercussões.

Siani adiantou que a Vale vai fazer uma provisão de R\$ 5 bilhões no balanço do primeiro trimestre do ano referente à desativação de dez barragens a montante, medida que a empresa anunciou em janeiro, dias depois da tragédia. "É uma despesa e será provisionada no 1º trimestre", afirmou. No aspecto financeiro, ele reconheceu que depois de Brumadinho o custo de captação da empresa aumentou, o que é medido pelos spreads do bonds, bem como subiu o custo de captação da Vale com os bancos. Ele informou que a mineradora captou US\$ 1,9 bilhão em linhas de crédito comercial para fazer frente aos bloqueios que a companhia vem enfrentando.

Até agora a Vale já teve bloqueados R\$ 16,55 bilhões por decisões judiciais. "Acreditamos que o volume de recursos bloqueados é grande o suficiente, e estamos trabalhando para unificar a jurisdição de todas as causas [judiciais] para ter segregação de valores justos", disse Siani na apresentação.

Como consequência dessa situação financeira menos favorável pós-Brumadinho, a dívida bruta da Vale está em elevação. No fim de 2018, a dívida bruta da empresa era de US\$ 15,4 bilhões e a dívida líquida, de US\$ 9,6 bilhões. A relação entre dívida líquida e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) era de 0,6 vez. Siani afirmou que não houve impactos contábeis de Brumadinho no balanço de 2018, uma vez que o desastre foi considerado como "impactos subsequentes". Os efeitos serão sentidos nos balanços trimestrais ao longo de 2019.

Ele reconheceu que depois de Brumadinho mudou a percepção sobre barragens a montante por parte da indústria de mineração e também pelos órgãos reguladores. "É natural que toda a indústria mude sua percepção de segurança", disse. Afirmou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) passou a requerer fator de segurança de 1.3 para situação não drenada para barragens a montante. "Empresas de engenharia usam metodologias mais conservadoras e, como resultado, os fatores de segurança [são] recalculados e eles [os auditores] têm de ultrapassar uma barreira mais alta estabelecida pela ANM. Essa é a razão pela qual tanto na Vale quanto em outras empresas as barragens que

antes tinham declaração de estabilidade podem não vir a receber declarações de estabilidade no dia 31 de março", disse Siani.

A portaria nº 70.389/17, da ANM, estabeleceu que todas as empresas têm que apresentar declaração de estabilidade de suas barragens em duas datas por ano: em 31 de março e em 30 de setembro. "O objetivo da Vale é assegurar a segurança das estruturas e fazer com que se superem os novos padrões da indústria", disse Siani.

Ele falou ainda das minas paralisadas, que respondem pelas 93 milhões de toneladas retiradas do mercado. Siani disse acreditar na retomada da operação de Brucutu, que tem capacidade de 30 milhões de toneladas por ano. Já Timbopeba (13 milhões de toneladas) deverá demorar mais tempo para voltar. No caso de Alegria (10 milhões de toneladas), as estruturas ainda estão sendo avaliadas. Vargem Grande e Fábrica, por sua vez, também estão paralisadas (40 milhões de toneladas anuais), sendo que a ANM entrou com auto de interdição e há barragens em nível 2 de alerta. Os dois complexos, Vargem Grande e Fábrica, são importantes para o abastecimento das siderúrgicas no mercado interno.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Renan Truffi e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Depoimento de Schvartsman na CPI irrita senadores

Afastado do comando da mineradora Vale por recomendação do Ministério Público Federal, o ex-presidente da companhia Fabio Schvartsman disse ontem, no Senado, que o "alto escalão" da empresa nunca recebeu qualquer tipo de informação sobre problemas ou riscos de rompimento da barragem B1, da mina Córrego do Feijão. Segundo o executivo, se algo poderia ter evitado a tragédia em Brumadinho (MG), "não foi feito por decisão local".

"Se porventura alguém escondeu essas informações fez uma coisa terrível que acabou causando esse desastre. Mas isso o tempo vai dizer. E certamente havia, nas responsabilidades locais, tanto a autoridade como a independência, inclusive financeira, para tomar a atitude necessária. O rompimento de barragem é um ato que exige uma verificação física e in loco. Então é lá mesmo que isso tem que ser previamente resolvido, tem que se agir com presteza e tem que fazer ali no local", afirmou o executivo. "A responsabilidade, se houver, é certamente da área técnica. (...) Existe essa delegação de responsabilidade para que haja a possibilidade de uma ação para prevenir o acidente."

A afirmação foi parte do depoimento de Schvartsman à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, que apura as causas do rompimento de uma barragem da mineradora em Brumadinho (MG). A estrutura da barragem da Vale rompeu em 25 de janeiro, deixando até o momento 216 mortos e 88 desaparecidos. O ex-presidente da mineradora foi o primeiro a ser ouvido pelo colegiado que investiga o assunto.

O executivo afirmou repetitivamente que a Vale acreditava que as barragens estavam "em boas condições"

O discurso de que a diretoria da empresa desconhecia eventuais perigos ou ameaças irritou senadores e a presidente da CPI, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), que prometeu convocar o ex-presidente para um novo depoimento, mas como "testemunha". "Os depoentes podem usar um arsenal de palavras que não infringem em responsabilidade de depoimento. No caso dos convocados como testemunha é diferente, eles não podem mentir. Essas respostas, inclusive, podem ser levadas à Justiça e serão consideradas perjúrio e falsidade ideológica", disse.

Schvartsman negou, sobretudo, qualquer negligência da sua parte. E, pressionado pelos parlamentares, defendeu que a Vale seja condenada "quando for comprovada sua culpa". "Posso afirmar com certeza de que não fui conivente", disse. "A Vale deve ser condenada quando for comprovada sua culpa. Se tivesse chegado a meu conhecimento qualquer tipo de informação que vislumbresse a possibilidade de perigo iminente daquela barragem, eu teria sido o primeiro a trabalhar para salvar aquelas vidas, coisa que eu não fiz por não ter essa informação".

Ainda assim, ele afirmou repetitivamente que a companhia acreditava que todas as barragens estavam "em boas condições" até a tragédia acontecer. "Só existem duas possibilidades: ou aconteceu um fato que não estava previsto ou aconteceram leituras que mostravam problemas e, por qualquer motivo, não foram levadas a sério e transmitidas (ao alto escalão)", disse.

A postura do executivo também gerou críticas do relator da CPI, senador Carlos Viana (PSD-MG). O senador disse acreditar que a conduta de Schvartsman é parte de estratégia "milionária" da Vale para não dar publicidade às informações sobre o rompimento da barragem.

"Ao nosso ver, a empresa está montando uma grande estratégia para não dar publicidade no que aconteceu seja para os investidores estrangeiros, seja para o país. Eles querem levar para a Justiça, fazer com que os processos se arrastem no Judiciário brasileiro da mesma forma que foi com Mariana", disse Viana.

Na próxima audiência, em 4 de abril, a comissão de inquérito irá ouvir também os engenheiros Makoto Namba e André Yum Yassuda, que assinaram laudos atestando a segurança da barragem, além do gerente executivo da Vale Alexandre Campanha e da engenheira civil Ana Lucia Yoda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Sinergias de fusão de Fibria e Suzano podem ser maiores

As sinergias geradas a partir da fusão com a Fibria podem exceder a projeção fornecida pela Suzano, uma vez que há centenas de iniciativas em curso e uma análise mais profunda dos ganhos potenciais só foi possível a partir de 14 de janeiro, quando a operação foi consumada. Na terça-feira, quando promoveu encontro com investidores e analistas na Bolsa de Nova York, a Suzano informou que espera sinergias operacionais de R\$ 800 milhões a R\$ 900 milhões ao ano, além de R\$ 2 bilhões por ano, ao longo de uma década, referentes às sinergias fiscais. Ontem, em evento em São Paulo, a administração destacou que o trabalho de mapeamento dos ganhos potenciais ainda não foi encerrado.

Questionado sobre o assunto, o presidente Walter Schalka disse que a modulação de riscos dessas sinergias levou a companhia a não apresentar todos os ganhos possíveis, mas a "média ponderada do que conseguiremos entregar". Antes, o diretor de operações de celulose, Aires Galhardo, já havia afirmado que há potenciais ganhos que ainda não foram mapeados e podem ser identificados nos próximos meses. "Existem sinergias que estão em processo de construção e deverão ser significativas daqui para a frente", observou.

Na área industrial, a Suzano vê potencial de ganhos relacionados à unificação dos processos das duas companhias, que eram distintos, entre outros. Na florestal, há otimização do fornecimento de madeira. Em outra frente, a companhia poderá dedicar as diferentes fábricas que opera a mercados específicos e, assim, reduzir custos logísticos. A unidade de Imperatriz (MA), por exemplo, poderia abastecer o mercado americano, mas a transição depende da validação da celulose nos clientes.

Conforme Schalka, a estratégia comercial da companhia tem sido clara no sentido de diminuir a volatilidade das cotações, que não é saudável nem para os

produtores nem para os compradores. "Queremos uma cadeia sadia. Vamos balancear nossa precificação de acordo com demanda e oferta, mas tentando minimizar as variações ao longo do tempo", afirmou.

Em relação aos estoques elevados da Suzano nos portos chineses, Schalka afirmou que não houve uma mudança estrutural no mercado de celulose da China, mas um momento de desestocagem - que levou a uma abrupta redução das compras de fibra entre o fim do ano passado e início deste ano. "Não antevimos a desestocagem, mas reagimos rapidamente, aumentando também os nossos estoques e depois reduzindo os embarques para a China", explicou.

Os inventários da Suzano no país asiático serão reduzidos ao longo do tempo e, na avaliação do executivo, a queda dos preços no mercado chinês, de US\$ 770 por tonelada para US\$ 720 por tonelada, é adequada aos volumes comercializados atualmente.

De acordo com o diretor financeiro e de relações com investidores Marcelo Bacci, o descasamento entre custo e receita em moeda estrangeira traz volatilidade de caixa e, a cada US\$ 0,10 de variação frente ao real, a geração de caixa operacional é afetada em R\$ 600 milhões ao ano. Para se proteger dessa variação, a companhia faz hedge de 63% do fluxo de caixa em 18 meses. A meta é chegar a 75%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Saudi Aramco leva controle da Sabic por US\$ 69 bilhões

A Saudi Basic Industries Corporation (Sabic), uma das maiores petroquímicas do mundo, confirmou em comunicado que seu maior acionista, o fundo soberano da Arábia Saudita (Public Investment Fund of Saudi Arabia), chegou a um acordo para venda da fatia de 70% que detém na companhia para a estatal Saudi Aramco. O valor do negócio, que tende a acelerar o crescimento da Sabic, é de US\$ 69,1 bilhões.

Conforme a nota, a fatia remanescente de 30%, que é negociada na bolsa de valores saudita, não faz parte da transação. Maior petroleira do mundo, a Saudi Aramco indicou que não planeja comprar essas ações. O fechamento da operação está sujeito a determinadas condições precedentes.

Para as empresas, a transação representa um pilar importante da estratégia de desenvolvimento dessa indústria na Arábia Saudita e está em linha com os planos de criação de uma petroquímica global. "A transação também fortalece a posição da Saudi Aramco como uma das maiores empresas integradas de energia e produtos químicos do mundo", diz a nota.

De acordo com o vice-presidente do conselho de administração e principal executivo da Sabic, Yousef Al-Benyan, os benefícios da operação são escala adicional, tecnologia, potencial de investimento e oportunidades de crescimento. "O relacionamento da Sabic com a Saudi Aramco remonta ao nosso início, em 1976. Solidificar essa relação posiciona estrategicamente a Sabic e a Saudi Aramco para acelerar os planos no negócio global de químicos", afirma.

Há algum tempo o comando da petroleira já vinha falando abertamente sobre os planos de comprar a Sabic e de converter entre 2 milhões e 3 milhões de barris de petróleo por dia, ou cerca de 30% de sua produção, em petroquímicos. Para financiar a aquisição, segundo agências internacionais, a estatal pretende captar US\$ 10 bilhões com a emissão de bônus nos próximos dias. A operação é amplamente aguardada pelos investidores já que, pela primeira vez, a petroleira saudita abrirá sua contabilidade, antecipando informações financeiras que seriam reveladas somente na oferta pública inicial de ações (IPO) planejada para 2021.

Em setembro, a Sabic comprou 24,99% das ações da suíça Clariant, tornando-se a maior acionista da fabricante de especialidades químicas. No acumulado do ano, a petroquímica registrou vendas de aproximadamente US\$ 45 bilhões e lucro de US\$ 8,5 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eletrobras vai à Justiça por indenizações

A Eletrobras entrará na Justiça para buscar o recebimento de uma quantia bilionária relativa à remuneração da indenização por investimentos feitos e não amortizados em ativos antigos de transmissão. Esses ativos tiveram a concessão renovada pela Medida Provisória (MP) 579, de 2012. A empresa responde por 13% do total de R\$ 9 bilhões relativo a juros que incidiram sobre o valor da indenização, cobrado dos consumidores mas que foi questionado judicialmente por grandes indústrias.

"Temos sim uma pendência, algo como 13% dessa receita que não foi objeto de deliberação. É um processo judicial conduzido pela Abrate [Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica] e nós tomamos a decisão neste ano de ir um pouquinho além. A companhia vai constituir advogados para tentar de alguma forma agilizar alguma decisão sobre este tema. Somos o maior afetado com essa perda", disse ontem Wilson Ferreira, presidente.

O caso remete à desastrada decisão do governo federal em 2012 de renovar antecipadamente e de maneira onerosa as concessões de transmissão, para obter uma redução de 20% nas tarifas de energia. Durante o processo, não foram reconhecidos investimentos feitos e não amortizados nessas linhas. Em 2016, o governo aprovou a forma de pagamento de indenização sobre esses valores, via tarifa de energia de todos os consumidores do país, em um valor de R\$ 60 bilhões

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livre (Abrace), que reúne pesos pesados da indústria brasileira, como Vale e Gerdau, então, questionou o pagamento na Justiça. Até o momento, a Justiça isentou os consumidores de pagar o valor referente aos juros incluídos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nas indenizações, algo da ordem de R\$ 9 bilhões.

Ainda sobre os planos para este ano, a Eletrobras pretende lançar em abril o novo modelo de venda de ativos, incluindo fatias minoritárias em 47 sociedades de propósito específico (SPEs) de transmissão e geração de energia renovável. Ferreira espera levantar algo em torno de R\$ 1,5 bilhão com a venda desses ativos.

Segundo ele, se a empresa for bem sucedida nesses desinvestimentos, ela trará para abaixo de 3 vezes o nível de endividamento medido pela dívida líquida/Ebitda, atualmente em 3,1 vez.

Com relação à privatização das distribuidoras, a Eletrobras concluiu neste mês a transferência do controle da Ceal (AL), para a Equatorial Energia, e pretende finalizar em abril a transferência do controle da Amazonas Energia para o consórcio Oliveira/Atem. A venda das duas empresas vai permitir uma reversão de um patrimônio líquido negativo de R\$ 5 bilhões para a Eletrobras, segundo Ferreira.

Em teleconferência com analistas seguida por uma coletiva de imprensa para comentar os resultados do ano passado, o presidente da Eletrobras demonstrou otimismo com a aprovação pelo Congresso do projeto de lei de capitalização da companhia, cujo modelo ainda precisa ser definido. Ele disse haver perspectiva no governo de fazer a operação ainda em 2018.

"Está havendo um processo de consciência de que nós precisamos fazer mudanças. Há um conjunto importante de mudanças e reformas que tem que ser encaminhado pelo Congresso", afirmou Ferreira. "A capitalização é uma operação simples. Se ela estiver disponível, o governo ainda trabalha com a perspectiva de conseguir se esforçar e fazer ainda neste ano".

Sobre o resultado da Eletrobras no ano passado, lucro líquido de R\$ 13,348 bilhões, o maior registrado pela empresa pelo menos desde a adoção do Plano Real, em 1994, e revertendo prejuízo de R\$ 1,726 bilhão de 2017, o desempenho foi obtido principalmente por efeitos contábeis.

Os destaques foram as reversões do "impairment" (reconhecimento de perdas no valor de recuperação de ativos) e dos contratos onerosos de Angra 3, no total de R\$ 7,243 bilhões; do patrimônio líquido negativo de R\$ 2,967 bilhões referente à venda das distribuidoras Cepisa (PI), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Eletroacre (AC); e da provisão de R\$ 739 milhões relativa a reclassificação de risco de contingência das distribuidoras já transferidas.

De acordo com Ferreira, as reversões de "impairment" relativas à Angra 3 foram possíveis devido às mudanças no valor de referência de energia da usina, de R\$ 254 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 480/MWh, e no prazo para o início de operação da termonuclear, de janeiro de 2025 para janeiro de 2026, aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Segundo ele, os ajustes contábeis feitos em Angra 3 foram "conservadores", por incluírem um prêmio de risco, já que o modelo de retomada da construção da usina ainda não foi definido.

No campo operacional, a estatal reduziu em 11% os custos de Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO) em 2018, para R\$ 9,108 bilhões, no ano passado. Apenas na parte de pessoal, a empresa obteve redução de 18%, totalizando R\$ 5,385 bilhões.

Ferreira explicou que continuará buscando a redução do número de funcionários do grupo, atualmente de 14.275 pessoas para cerca de 12 mil. Hoje termina o prazo de adesão para um programa de demissão consensual (PDC). Até o momento, porém, pouco mais de 300 funcionários se inscreveram no processo, cuja meta era de 2.187 pessoas. Segundo ele, diante do número de adesões inferior à meta, "vamos ter que fazer ao longo do ano mais programas [de demissão consensual]".

Apesar do momento favorável e do resultado positivo em 2018, a Eletrobras decidiu reter parte dos dividendos relativos ao lucro e distribuir R\$ 1,25 bilhão. Segundo Ferreira, a decisão se deve ao fato de que a empresa não terá disponibilidade de caixa suficiente, principalmente porque assumiu cerca de R\$

19 bilhões de dívidas das distribuidoras privatizadas. Com isso, a dívida líquida da Eletrobras fechou 2019 com R\$ 26 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CPFL vê tendência de retomada do crescimento do consumo

Depois de registrar um crescimento de 2,5% na energia distribuída em 2018, a CPFL Energia vê espaço para continuidade da recuperação do mercado de distribuição, disse Gustavo Estrella, presidente da companhia, em entrevista ao **Valor**. "Temos visto um importante crescimento de mercado acima de 2% ao ano, um sinal de recuperação importante da demanda. Não é [uma recuperação] acelerada, mas é importante e consistente", disse Estrella.

Em 2018, as vendas totais de energia subiram 2,5%, para 67.213 GWh. No mercado cativo, na qual a companhia é a única fornecedora de energia, houve alta de 0,5%, para 45.589 GWh. No mercado livre, na qual a companhia é remunerada pelo uso do fio, a alta foi mais expressiva, de 7%, para 21.624 GWh. "Conseguimos combinar crescimento de demanda com melhoria de indicadores operacionais, o que é importante", disse Estrella.

A companhia informou ontem que teve lucro líquido de R\$ 670 milhões no quarto trimestre do ano passado, aumento de 34,7% em relação ao resultado obtido no mesmo intervalo de 2017.

Segundo Estrella, parte do crescimento do lucro se deu devido à redução da taxa de juros. Como 75% da dívida da companhia é indexada ao CDI, a redução das taxas de juros ajudou nos resultados do ano passado. Outro fator que ajudou foi o reconhecimento de créditos fiscais, principalmente na CPFL Renováveis, que ajudaram a abater as despesas com imposto de renda.

"Eu diria que foi um resultado mais ou menos recorrente em dezembro", disse Estrella, se referindo ao reconhecimento de créditos fiscais. O executivo explicou que a companhia sempre faz isso, mas no ano passado os créditos reconhecidos foram maiores por causa de uma reestruturação societária realizada na CPFL Renováveis e na RGE. "É um efeito recorrente que foi maior em 2018", disse Estrella.

Com foco na contínua melhora operacional - e, consequentemente, aumento da sua rentabilidade -, a CPFL Energia prevê investimentos relevantes para o setor de distribuição nos próximos anos. A empresa prevê realizar investimentos da ordem de R\$ 11,93 bilhões entre 2019 e 2023, sendo R\$ 10,1 bilhões em distribuição. O orçamento até 2023 conta ainda com R\$ 1,03 bilhão que será destinado à geração e R\$ 642 milhões ao setor de transmissão de energia.

O montante já inclui os ativos de transmissão arrematados nos últimos leilões, que envolvem investimentos da ordem de R\$ 800 milhões, assim como os dois projetos de geração contratados em leilão no ano passado, uma pequena central hidrelétrica (PCH) e um complexo eólico, que somam outros R\$ 600 milhões.

Outros investimentos, em projetos novos ou aquisições, não são previstos nesse orçamento. "Claro, o processo é contínuo, continuamos olhando oportunidades em transmissão e renováveis", disse Estrella. Ele lembrou que há dois leilões de geração e um de transmissão previstos para este ano, para o qual há grande expectativa no mercado. A companhia também não descarta aquisições em distribuição. "Ativos próximos de nossas áreas de concessão são onde conseguimos ser mais competitivos", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: FS Bioenergia investe R\$ 1 bi em usina de etanol de milho

A FS Bioenergia - joint venture entre o americano Summit Agricultural Group, do bilionário Bruce Rastetter, e a mato-grossense Tapajós Participações - pode se tornar uma das três maiores produtoras de etanol do Brasil utilizando o milho como matéria-prima. Trata-se de um feito que, até poucos anos, seria impensável em um país que é conhecido pelo etanol de cana-de-açúcar.

Com o objetivo de ampliar a produção de etanol, a FS Bioenergia investirá R\$ 1 bilhão para erguer sua terceira usina. A unidade, em Nova Mutum (MT), começará a ser construída em maio, afirmou ao **Valor** o CEO da FS Bioenergia, Rafael Abud.

O investimento ocorre após a conclusão da duplicação da usina de Lucas do Rio Verde (MT) - a primeira da companhia. A FS Bioenergia ainda está construindo sua segunda usina, em Sorriso (MT), e já adquiriu terrenos nas áreas industriais

de outros dois municípios de Mato Grosso - Campo Novo do Parecis e Primavera do Leste - para erguer mais duas usinas nos próximos anos, afirmou o executivo.

A usina de Nova Mutum seguirá o padrão "ideal" que a companhia encontrou para produzir etanol no Centro-Oeste: uma capacidade de processar 1,3 milhão de toneladas de milho por ano para fabricar 530 milhões de litros de etanol. A unidade ainda terá capacidade para produzir até 340 mil toneladas de farelo de milho - os Distillers Dried Grains (DDG), subproduto do processamento - e até 17 mil toneladas de óleo de milho ao ano.

O forte e rápido avanço da FS Bioenergia em Mato Grosso tem como base a aposta em uma disparada da demanda por etanol no país, tanto pelo otimismo com o comportamento da economia como pelo cenário prometido pelo programa RenovaBio, que remunerará as usinas proporcionalmente à sua capacidade de mitigação de emissões ante a gasolina. "Estamos olhando no longo prazo um movimento estrutural importante a favor do biocombustível com o RenovaBio", afirmou Abud, que também é gerente geral da Summit Agrícola no Brasil - os americanos detêm 75% da FS Bioenergia.

"Estamos convictos de que toda a oferta adicional de etanol, que deve ser de até 14 bilhões de litros em dez anos, virá do etanol de milho", argumentou Abud, apostando na maior competitividade do grão ante a cana, a matéria-prima tradicional para a produção de biocombustível no país.

Abud ressaltou que o tamanho das próximas usinas e o momento dos investimentos também dependerão do desempenho da economia. O plano é construir no máximo duas usinas concomitantemente. Por isso, as obras de uma quarta planta só devem começar quando a unidade de Sorriso terminar, o que está previsto para fevereiro de 2020.

A perspectiva, diz, é repetir os modelos em construção. Isso significa que, se concluir as cinco usinas, todas com o mesmo tamanho, chegará em 2023 com uma capacidade de produzir 2,6 bilhões de litros de etanol ao ano, tornando-se uma das três maiores empresas em capacidade de produção de etanol do país.

Como nas duas obras anteriores, o aporte em Nova Mutum será financiado "em boa parte" com o próprio caixa e em parte com novos empréstimos, disse Abud. Aportes diretos dos sócios não estão previstos e só ocorrerão "se necessário", ressaltou.

O primeiro balanço da FS Bioenergia de um exercício fiscal inteiro (encerrado em 31 de março) deverá ter receita de R\$ 700 milhões. No novo exercício, o resultado deve incorporar a produção da usina de Lucas do Rio Verde já

duplicada e operando "a plena capacidade", afirmou Abud, que também está otimista com a demanda por etanol das regiões Norte e Nordeste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/03/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Ranking verde.

Coluna do Broadcast

Projetos relacionados a Energia solar são os que mais têm oferta de produtos financeiros, com 82% do total. Iniciativas de eficiência energética, cujos projetos têm, em média, retorno de mais curto prazo, aparecem em segundo lugar, com 59%. As tecnologias limpas para indústria e o crédito rural ficam empatados em terceiro lugar, com 45% das ofertas de produtos financeiros verdes.

» **Sucata em baixa.** A tragédia na barragem da Vale em Brumadinho puxou a alta dos preços do aço no mercado global, mas o movimento não foi acompanhado por um dos principais insumos usados pelas siderúrgicas: a sucata ferrosa. Nas últimas semanas, os preços dos resíduos industriais, por exemplo, caíram entre R\$ 30 e R\$ 50 por tonelada. O dado aparece em um levantamento da S&P Global Platts.

» **Jaboticaba.** O Brasil é um dos poucos países onde a sucata não acompanha o preço do aço. Isso se deve à concentração: sozinhas, duas usinas concentram mais de 80% da compra de sucata no País.

COM PATRICK CRUZ, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/03/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobrás sai do prejuízo, mas quer recursos

Depois de registrar perdas de R\$ 1,7 bilhão em 2017, a Eletrobrás teve lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões, no ano passado. Os recursos, porém, foram apenas contábeis. Segundo Wilson Ferreira, presidente da estatal, boa parte dos ganhos foram decorrente de reversões de provisões, como são chamados pelas empresas os recursos que podem ser perdidos. Somente em Angra III, que por anos significou provisões no balanço da Eletrobrás, desta vez originou uma reversão de R\$ 7,243 bilhões.

Exatamente por isso, Ferreira afirmou que a Eletrobrás não tem condição de investir na expansão do sistema elétrico brasileiro. Também não pode abrir mão da capitalização, prevista para acontecer ainda este ano. Apesar das dificuldades que o governo está enfrentando para votar a reforma da Previdência, Ferreira se disse otimista com a aprovação da capitalização da estatal pelos parlamentares no segundo semestre, depois que o **Ministério de Minas e Energia** definir qual será o modelo de venda da empresa, em junho. “Acho que sim (capitaliza este ano). Estamos falando de algo que beneficia a população, estou otimista em relação ao tempo do Congresso”, disse.

Ferreira afirmou ainda que pretende continuar a reduzir o quadro de empregados. Desde o início da reestruturação, em 2016, o número de funcionários da estatal caiu de 26 mil pessoas para 14 mil e o objetivo é chegar na capitalização com 12 mil. “Hoje a companhia tem capacidade de gestão”, disse Ferreira, que prevê também para este ano a venda de participações em empresas que não façam parte do foco em geração e transmissão. A estatal pretende vender, até 2021, 47 dessas empresas. Só a venda de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) pode render cerca de R\$ 1,5 bilhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto

Título: Outras 4 barragens de Minas estão em alerta ‘amarelo’

Patamar de nível 2 é um abaixo do que indica risco iminente de ruptura. Mais 4 tiveram alerta máximo definido em uma semana

Quatro barragens de rejeitos em Minas Gerais estão com nível de alerta 2 para rompimento, modo imediatamente anterior ao que indica risco iminente de colapso, conforme informações da Defesa Civil de Minas Gerais. As estruturas pertencem às mineradoras Vale (3) e à ArcelorMittal. As barragens com nível 2 são Vargem Grande, em Nova Lima, e Forquilha 2 e Grupo, em Ouro Preto. As três são da Vale. Há ainda, nesse status, Serra Azul, da Arcelor- Mittal, em Itatiaiuçu. Uma barragem no Estado foi colocada em nível 1, a B1/B4, da Mosaic Fertilizantes, em Araxá, de rejeitos de minério de fosfato. Segundo as regras de segurança da Portaria 70.389/2017 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), os modos para identificar problemas nas represas levam em consideração pontuação atribuída à estrutura a partir de avaliação física das estruturas. O nível 1 mostra que a avaliação física feita na barragem resultou em pontuação não superior a 10.

Nesse modo, não há evacuação de moradores. O nível 2 é atribuído à estrutura cuja inspeção resultou pontuação superior a 10. A evacuação, neste caso, é feita na Zona de Autossalvamento (ZAS). Nesta área, os moradores não têm tempo para receber ajuda das autoridades para deixar as casas, pela proximidade da barragem. O nível 3 é a possibilidade de a represa se romper a qualquer momento. É realizado treinamento para possíveis atingidos, que não estão a menos de 10 quilômetros da barragem, ou 30 minutos do avanço da lama, na chamada Zona Secundária. Todos os moradores próximos das barragens que estão em nível 2 já foram retiradas de suas casas. Na noite de anteontem, o nível de emergência de outras três barragens, todas da Vale, foi elevado para 3, que é o indicador de ruptura iminente. Assim, no total, quatro estão nesse patamar.

Elas são a Sul Superior, em Barão de Cocais, B3/B4, em Nova Lima, Forquilha 1 e Forquilha 3, em Ouro Preto. Cocais. A cidade de Barão de Cocais vive estado de vigília. O temor se intensificou e moradores que poderão ser atingidos chegam a manter o carro pronto na garagem com documentos, álbum de formatura de filhos e lembranças da residência que pode ser destruída. Ponto de encontro e rota de fuga são expressões que passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores. Nas ruas, a circulação de carros da polícia com a sirene ligada indica a mobilização das autoridades para realizar o treinamento. Quanto às elevações para o nível máximo, a Vale já se pronunciou no sentido de informar que as medidas foram preventivas e destacou que presta a assistência devida.

Ex-chefe culpa área técnica por tragédia

Em depoimento ontem na CPI de Brumadinho, o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman disse aos senadores que nunca soube de nenhum risco envolvendo a barragem, que rompeu em 25 de janeiro e deixou mais de 300 mortos e desaparecidos. “A responsabilidade, se houver, é certamente da área técnica”, disse, destacando laudos que avalizaram a segurança. / TEO CURY

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/03/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Apagões fazem Venezuela voltar no tempo

Construir lâmpadas de óleo, salgar a carne e buscar água de mananciais: práticas comuns antes da invenção da eletricidade tornaram-se comuns para venezuelanos que tentam superar os apagões. Em Caracas, o fornecimento de água é interrompido porque as bombas dependem de Energia elétrica. Com isso, os moradores sobem o Cerro Ávila em busca de nascentes para abastecer

galões e lavar roupas. “Claro que a água não é potável, mas podemos usá-la no banho e para lavar roupa e louça”, diz Manuel Almeida. As filas no Ávila chegam a durar horas. Mas o maior desafio ainda é conservar a comida.

Muitas famílias se juntam para dividir os alimentos antes que estraguem. A carne e o frango são salgados para durarem mais tempo. Máquinas de cartão e caixas eletrônicos não funcionam e muitos apelam para a confiança: deixam nome, telefone e prometem pagar depois. Mas nem os telefones funcionam. Nove em cada dez pessoas que conseguem carregar o celular em locais que contam com geradores, como hotéis, não têm acesso à internet móvel. O transporte público também parou. O metrô não tem Energia para rodar. Os ônibus não conseguem abastecer, pois as bombas são elétricas. E, quando a noite cai, a solução é improvisar lâmparas de querosene. / AFP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/03/2019

Seção: Poder

Autor: Fábio Fabrini

Título: Temer vira réu em caso da mala com R\$ 500 mil entregue a assessor do MDB

Decisão da Justiça Federal do DF não tem ligação direta com ordem de prisão da semana passada

Brasília- A Justiça Federal no Distrito Federal aceitou nesta quinta-feira (28) denúncia contra o ex-presidente Michel Temer de corrupção passiva ao, supostamente, ser o destinatário de uma mala com R\$ 500 mil e de outros pagamentos ilícitos da JBS.

Com a decisão, tomada pelo juiz da 15a Vara Federal em Brasília, Rodrigo Parente Paiva, o emedebista passa a ser réu e responderá a uma ação penal.

A decisão não tem ligação direta com a ordem de prisão preventiva expedida contra Temer na semana passada pelo juiz Marcelo Bretas, da Operação Lava Jato no Rio, relacionada a um suposto esquema de propinas para a **construção da usina de angra 3**.

O ex-presidente foi solto na última segunda-feira (25) após decisão do Tribunal Regional Federal da 2a Região.

A entrega da mala com a quantia ao ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR), que já foi assessor de Temer, ajudou a embasar a primeira denúncia do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot contra o então presidente.

A crise política que se instalou na época quase pôs fim ao governo de Temer. A Câmara dos Deputados, no entanto, negou autorização para que o processo fosse aberto no Supremo Tribunal Federal enquanto ele ocupasse a Presidência da República.

Com o fim do mandato do emedebista, o caso foi remetido em janeiro à primeira instância e voltou a correr.

A Procuradoria da República no Distrito Federal ratificou a denúncia de Janot integralmente.

A decisão desta quinta não significa juízo prévio sobre a culpa de Temer, mas apenas que a acusação cumpre os requisitos formais para que seja aberta uma ação penal, como a existência de um conjunto mínimo de provas, a legitimidade das partes e a plausibilidade jurídica da causa.

“Pelos relatos apresentados e devidamente materializados nos relatórios policiais, áudios, vídeos, documentos colhidos no curso das investigações, encontram-se efetivados os pressupostos processuais e condições da ação, podendo-se extrair de todo o arrazoadado, e do conjunto probatório no presente momento, elementos que evidenciam a materialidade do crime imputado e indícios de autoria”, escreveu o juiz da 15ª Vara Federal.

A denúncia original, de Janot, foi apresentada após os executivos da JBS fecharem um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República.

Em março de 2017, Temer foi gravado pelo dono da empresa, Joesley Batista, numa reunião noturna no Palácio do Jaburu, sem registro em sua agenda oficial, na qual indicou Rocha Loures como seu interlocutor para tratar de assuntos de interesse do empresário.

No mês seguinte, o ex-assessor — que já é réu pelo caso — foi filmado recebendo a mala com os R\$ 500 mil numa ação controlada da Polícia Federal.

Em sua denúncia, Janot sustentou que Loures recebeu os valores a título de propina, amando do então presidente, como contrapartida ao favorecimento de uma empresa do grupo da JBS no Cade (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Segundo a acusação, baseada na gravação de conversas de Loures com os delatores, além de outras provas, os R\$ 500 mil eram apenas uma parte do suborno, que poderia chegar a R\$ 38 milhões.

Acusação não tem amparo em prova lícita, afirma defesa

OUTRO LADO

A defesa de Temer afirmou que a acusação é “desprovida de qualquer fundamento, constituindo aventura acusatória que haverá de ter vida curta, pois, repita-se, não tem amparo em prova lícita nem na lógica”.

Nota do advogado Eduardo Cernelós, que defende o emedebista, lembra que a ação teve origem na delação da JBS, que define como “sórdida operação com a qual se pretendeu depor o então presidente da República”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 29/03/2019****Seção: Mercado****Autor: Heloísa Negrão****Título: Em live, Bolsonaro sinaliza mais medidas para caminhoneiros**

Em seu live no Facebook desta quinta-feira (28), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) falou diretamente aos caminhoneiros sobre a nova política de preços do diesel da Petrobras e sinalizou que novas medidas em favor da categoria podem ser adotadas.

“Caminhoneiros, parabéns a vocês. E, com certeza, novas medidas serão adotadas semana que vem”, disse.

Nos últimos dias, voltaram a circular nos grupos de WhatsApp da categoria chamados para uma nova paralisação. A principal queixa é que os acordos feitos com o governo de Michel Temer ainda não haviam sido cumpridos, além da volta do aumento no preço do combustível.

No início da semana, a CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos) confirmou que haverá uma greve da categoria no sábado (30).

Um dos líderes dos caminhoneiros, Wallace Landim, o Chorão, afirmou que representantes dos motoristas têm se reunido com o governo e esperavam um posicionamento público de Bolsonaro, ainda essa semana, sobre as reivindicações da categoria.

No vídeo, o presidente lembrou que quando era pré-candidato esteve com os caminhoneiros que fizeram parte dos protestos de 2018.

Bolsonaro falou sobre o prazo de mínimo de quinze dias para que o preço do diesel seja reajustado, medida anunciada pela estatal na última terça-feira (26). É a terceira mudança desde que a política de preços foi estabelecida, em 2016. Em 2017, a estatal adotou ajustes diários, estratégia que foi criticada até por

aliados do governo quando os preços dispararam no primeiro semestre de 2018. Os caminhoneiros pararam por 11 dias entre maio e junho.

Em janeiro, após o fim do programa de subvenção ao preço do diesel, criado dentro do acordo para encerrar a paralisação, a estatal decidiu segurar reajustes por prazos maiores.

Ainda assim, com a escalada dos preços internacionais do petróleo, o preço do diesel nas refinarias já subiu 18,5% em 2019, na comparação com o último valor de 2018. Nas bombas, a alta é menor, de 2,5%, mas o suficiente para alimentar a insatisfações.

No vídeo, o presidente também deu detalhes sobre a criação de um cartão pré-pago para a compra de óleo diesel. Segundo ele, a medida atende às reclamações sobre o frete. O caminhoneiro reclamava que pegava o frete até Porto Alegre e, na volta, havendo a recomposição do preço do diesel, parte ou todo o dinheiro que tinha recebido era engolido pelo novo preço do combustível”, disse.

O cartão deve começar a funcionar, disse Bolsonaro, em até 90 dias. Ele explicou que o caminhoneiro poderá parar no posto, “encher” o cartão com um valor equivalente a 500 litros e abastecer o tanque ao longo da viagem com o cartão. Com isso, a alta no diesel não iria impactar frete. Segundo a Petrobras, o cartão será válido só em postos BR.

Além das ações específicas para caminhoneiros, Bolsonaro afirmou que nesta semana cancelou o pedido de 8.000 novos radares eletrônicos, que ele chamou de “pardais”.

“Por que queremos acabar com isso? É indústria da multa, é para meter a mão no seu bolso, nada além disso. Não vamos achar que meia dúzia de pessoas aqui em Brasília estavam preocupadas com você se acidentar”.

De acordo com o presidente, as concessionárias de estradas com pedágios teriam descoberto uma forma de burlar radares e lombadas.

“Esse pessoal descobriu que poderia descontar nessas obras [pintura da estrada e melhoria nos acostamentos] o [valor] aplicado em monitoramento. E como o monitoramento ainda é feito? Via multagem eletrônica! Então você era duas vezes prejudicado: o dinheiro [do pedágio] não ia para a manutenção da estrada, mas ia para pagar as empresas que cobravam multa.” Bolsonaro disse também que não renovará concessões das rodovias que forem vencendo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 29/03/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Eletrobras quer segurar parte dos dividendos

A Eletrobras pedirá aos acionistas para guardar parte dos dividendos obrigatórios sobre o lucro de R\$ 13,3 bilhões de 2018. A companhia alega não ter recursos para pagar os R\$ 3,5 bilhões devidos.

O lucro teve forte impacto de reversão de perdas contábeis com a usina nuclear de Angra 3, cujas obras estão paralisadas desde 2015. Depois de o governo dobrar o valor da tarifa da usina, parte das perdas foi revertida.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 29/03/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** BC reduz projeção do PIB para 2% e diz que Brumadinho afeta economia

Ipea também diminui estimativa para o mesmo patamar e diz que, sem reforma, recessão voltará

O Banco Central piorou a projeção de crescimento da economia em 2019, citando fraqueza na atividade no fim do ano passado, consequências da tragédia de Brumadinho (MG) e da menor perspectiva para a safra agrícola.

Em seu Relatório Trimestral de Inflação, publicado nesta quinta-feira (28), o BC apontou que o ritmo mais fraco de recuperação também teve um papel nas suas reestimativas, mas menor na comparação com os demais fatores.

A autoridade monetária agora passou a ver um crescimento de 2% do PIB neste ano, ante 2,4% na previsão do relatório anterior.

“Essa revisão está associada à redução de carregamento estatístico de 2018 para 2019, resultante do crescimento no quarto trimestre de 2018 em magnitude menor do que esperada; aos desdobramentos da tragédia em Brumadinho sobre a produção da indústria extrativa mineral; às reduções em prognósticos para a safra agrícola; e, residualmente, à moderação no ritmo de recuperação”, disse o BC.

Na prática, a instituição alinhou sua estimativa à leitura do mercado — 2%, segundo a mais recente pesquisa Focus —, numa posição um pouco mais

pessimista que a do Ministério da Economia, que prevê expansão de 2,2% da economia neste ano.

Nas contas do BC, a produção agropecuária deve crescer apenas 1% neste ano, metade do que via no relatório de dezembro, citando como destaque a menor produção esperada para soja, item com o maior peso da agricultura, devido à estiagem ocorrida em importantes regiões produtoras.

O BC também reduziu para 1,8% a alta esperada para a indústria em 2019, ante 2,8% anteriormente, por recuo nas expectativas de crescimento para a indústria de transformação e extrativa.

Somente para a indústria extrativa, a projeção do BC caiu de uma expansão de 7,6% para 2%, por menor produção esperada após o rompimento da barragem de mineração da Vale em Brumadinho (MG).

Na véspera, a Vale divulgou que realizou baixa contábil de R\$ 480 milhões pela mina de Córrego do Feijão, relacionada à estrutura que colapsou em Brumadinho, e também por ativos ligados a barragens com método de construção a montante.

Nesta quinta, o Grupo de Conjuntura do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) também reduziu sua projeção de crescimento da economia neste ano, de 2,7% para 2%. Para 2020, o instituto projeta crescimento de 3%.

O cenário considera a aprovação da reforma da Previdência. Sem ela, diz o Ipea, o país pode voltar ter recessão no médio prazo, em condições piores do que o último ciclo recessivo, já que o desemprego está alto e a situação fiscal dos estados, pior.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/03/2019

Seção: O País

Autor: AMANDA ALMEIDA E JOÃO SACONI

Título: Três barragens da Vale entram em nível máximo de alerta

Ao depor na CPI de Brumadinho, ex-presidente da mineradora afirma que direção não sabia dos riscos de acidentes; senadores se irritam

Três barragens da Vale em Minas Gerais passaram, nas últimas 24 horas, do nível um para o três de alerta de rompimento —considerado o grau máximo. As contenções ficam em Nova Lima (barragem B3/B4 da Mina do Mar Azul) e Ouro Preto (barragens Forquilha I e III, da Mina Fábrica).

Como protocolo de segurança diante do aumento do nível de alerta, as sirenes foram acionadas para avisar a população. Segundo a mineradora, medidas preventivas continuarão a ser tomadas nos próximos dias.

Não houve assinatura de laudo de estabilidade das estruturas por empresas certificadoras, já que auditores informaram à Vale que as barragens têm fator de segurança abaixo do novo limite estabelecido pela Agência Nacional de **mineração** (ANM), após a tragédia de Brumadinho.

A mudança de nível ocorreu na noite de segunda-feira, e o aviso sonoro foi direcionado às Zonas de Autossavalmento (ZAS). Desde 16 de fevereiro, moradores da região de Macacos, em Nova Lima, receberam ordem para deixar o local. Quatro dias depois, em 20 de fevereiro, o mesmo ocorreu na zona rural de Ouro Preto.

A Vale informou ontem, por nota, que não alterou parâmetros de monitoramento das barragens, e que as medidas preventivas fazem parte do Plano de Ação de Emergência de Barragens de mineração.

EX-PRESIDENTE VAI À CPI

Há dois meses, o rompimento da barragem de Brumadinho deixou 216 mortos e 88 desaparecidos, segundo números divulgados pela Defesa Civil de Minas no início desta semana. Pressionado por senadores a apontar os responsáveis pela tragédia, o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman manteve ontem, em depoimento à CPI de Brumadinho no Senado, discurso de que a cúpula da empresa não foi informada sobre riscos de rompimento.

Schvartsman admitiu que evitou demitir um diretor que é réu pelo rompimento de barragem em Mariana (MG). Em meio às reiteradas negativas sobre as informações, ele foi ameaçado por parlamentares até de sair preso do local.

—O senhor sabe que, na Câmara, o senhor foi convidado para uma comissão. Aqui, é uma CPI. Na CPI, se o senhor mentir, o senhor sai daqui preso — disse o senador Otto Alencar (PSD-BA), na primeira meia hora de depoimento.

Alencar perdeu a paciência e interrompeu uma resposta de Schvartsman. O executivo afirmava conhecer detalhe das mais de 500 barragens da Vale. No entanto, disse que não sabia que havia estrutura administrativa da empresa abaixo da barragem de Brumadinho. Ele reiterou que, para a diretoria da Vale, todas as barragens estavam seguras.

— Quando entrei na Vale, a minha preocupação era o estado das barragens. No meu curto tempo de gestão, foram feitas diversas reuniões sobre o tema. Barragem é um assunto de alta complexidade e técnica. As argumentações de

que as barragens estavam em boas condições eram repassadas a mim pelo quadro técnico da Vale. Jamais foi feita nenhuma apresentação que individualizasse qualquer barragem —disse Schvartsman.

A CPI aprovou 18 requerimentos com convites e convocações, entre elas a do diretor-geral da ANM, Victor Hugo Froner Biccario (Com G1).

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/03/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: União dará crédito maior a estado que privatizar empresas

BRASÍLIA- O plano de ajuda aos estados em crise que está sendo preparado pelo Ministério da Economia prevê um incentivo para privatizações de estatais. O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse ontem que a unidade da federação que decidir vender uma empresa pode ter um espaço maior para empréstimo com garantia da União. Além disso, o governo avalia emprestar dinheiro diretamente aos estados.

LIMITE DE R\$ 10 BI POR ANO

Chamado de Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF), o plano em elaboração permitirá conceder garantia da União para que estados tomem empréstimos junto a bancos públicos e privados de forma gradual nos próximos anos. Mesmo aqueles governadores que hoje não podem pedir dinheiro com garantia federal terão direito ao benefício.

Para isso, no entanto, será preciso que o estado aprove medidas de ajuste em suas contas. O limite será proporcional ao esforço fiscal. A União esperar liberar o equivalente a cerca de R\$ 10 bilhões aos estados por ano, durante quatro anos. O programa precisará ser aprovado pelo Congresso.

EMPRÉSTIMO DIRETO DA UNIÃO

O governo também poderá repassar recursos em forma de empréstimo para os estados. Nesse caso, a operação teria impacto sobre as contas públicas. A tendência, porém, é que as operações de crédito sejam feitas principalmente com bancos privados. Isso porque dinheiro federal e de bancos públicos não pode ser usado para pagar salários de servidores, principal necessidade dos governadores.

— Quem vai decidir de quem vai pegar o empréstimo é o estado. Se for empréstimo direto da União, não pode pagar pessoal. Se pegar com banco

público, não pode. Se for de banco privado, pode pagar pessoal. E há uma disposição muito grande para emprestar. Mais do que deveria, até — disse Mansueto.

O governo também avalia uma forma de dar mais espaço de empréstimo para os estados que se comprometerem a privatizar estatais. A ideia é incentivar que empresas públicas, como companhias de saneamento, sejam vendidas para ajudar os estados a fecharem as contas.

— O estado que quiser privatizar vai ter um incentivo mais — disse o secretário.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/03/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Presidente promete novas medidas para caminhoneiros

Compacta, surpreendente e cabe em qualquer lugar. Ponto reto com 2 velocidades de avanço. Ela é perfeita para realizar consertos e pequenos trabalhos! Conserta e costura desde peças de tecidos delicados, como algodão ou cetim.

O presidente Jair Bolsonaro prometeu anunciar novas medidas para os caminhoneiros na próxima semana. Em transmissão ao vivo nas redes sociais, ele lembrou a mudança no reajuste dos preços do diesel pela Petrobras, que agora terão prazo mínimo de 15 dias, e a criação do Cartão Caminhoneiro.

— Novas medidas serão adotadas na semana que vem — disse, sem dar detalhes.

Segundo Bolsonaro, o cartão deve estar em funcionamento dentro de 90 dias. Com ele, segundo o presidente, o caminhoneiro poderá comprar, pelo preço do diesel no dia, uma determinada quantidade de litros. E vai abastecendo conforme sua necessidade. Com isso, conseguirá se proteger das oscilações de preços.

— O caminhoneiro passa no posto e paga o preço do dia. E assim ele garante que o seu frete não será consumido por possíveis reajustes do diesel durante esse período.

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/03/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Eletrobras obtém maior lucro em 20 anos: R\$ 13,3 bi em 2018**

Presidente da estatal defende privatização porque ganho é contábil

Apesar do lucro recorde de R\$ 13,3 bilhões no ano passado, o maior dos últimos 20 anos, a Eletrobras não tem recursos suficientes para realizar os investimentos necessários na expansão do sistema elétrico, nem mesmo para pagar integralmente os dividendos aos seus acionistas. Essas são algumas das principais razões para que a companhia seja privatizada, de acordo com seu presidente, Wilson Ferreira Júnior.

— O lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões é resultado do programa de reestruturação que vem sendo feito pela companhia. É um resultado muito bom — disse, acrescentando que o governo espera privatizar a empresa até o fim deste ano.

Ferreira explicou que o lucro da estatal se deveu, principalmente, a questões contábeis. Uma delas é a reversão de R\$ 7,2 bilhões em provisões por conta da definição sobre a conclusão, em 2026, da usina nuclear de Angra 3 e do aumento de suas tarifas. Outra é a revisão de perdas de R\$ 2,9 bilhões com a privatização de seis distribuidoras de energia das regiões Norte e Nordeste, no ano passado. A venda dessas distribuidoras resultou no enxugamento de 6.600 funcionários.

Segundo Ferreira, assim como a Eletrobras não tem recursos suficientes para novos investimentos, como concluir Angra 3, o que a obriga a buscar parceiros privados internacionais, não há caixa para pagar os dividendos devidos aos acionistas, relativos ao resultado de 2018. Dos R\$ 3,6 bilhões devidos, serão pagos apenas R\$ 1,25 bilhão. A diferença será colocada em uma conta reserva, para ser paga quando houver recursos.

VENDA DE ATIVOS E CORTES

Ferreira disse ainda que, até junho, deverá estar concluído o modelo de capitalização da Eletrobras. Ele acredita que essa operação poderá ser feita no fim deste ano, assim como a modelagem societária e o edital para busca de parceiros a fim de concluir Angra 3.

— A companhia melhorou muito, produziu lucro, mas não tem capacidade financeira suficiente, seja para pagar dividendos mínimos, seja para ousar em investimentos maiores — disse.

— Por isso a necessidade de capitalização.

Em abril, a Eletrobras pretende lançar uma nova operação para vender suas participações minoritárias em 57 sociedades de propósito específico (SPEs), cujos ativos estão avaliados em cerca de R\$ 1,5 bilhão. No ano passado, a Eletrobras se desfez de 25 participações em SPEs de transmissão e geração de energia renovável.

A Eletrobras também vai lançar mais programas de demissão voluntária, a fim de reduzir seu quadro em 2.187 trabalhadores. Hoje são 14.275 funcionários, contra 26 mil em 2016. Um dos programas em vigor termina hoje, mas só teve cerca de 300 adesões

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/03/2019

Seção: Economia

Autor: Gabriela Tunes

Título: Eletrobras lucra R\$ 13 bi

A Eletrobras fechou 2018 com lucro líquido de R\$ 13,348 bilhões, com crescimento de 863% em relação a 2017, quando teve prejuízo de R\$ 1,726 bilhão. Foi o melhor resultado apurado pela companhia nos últimos 20 anos. Segundo Wilson Ferreira Junior, presidente da empresa, “o crescimento do lucro líquido é fruto do programa de reestruturação da empresa”. No ano passado, o grupo privatizou seis subsidiárias — Eletroacre, Ceal, Amazonas Energia, Cepisa, Ceron, Boa Vista.

De acordo com o presidente, como consequência da desestatização, houve transferência de trabalhadores — mais de 6,6 mil — e, logo, reversão de contingências trabalhistas. Esses números representam um custo de pessoal de cerca de 18% em relação a 2017 e foram importantes para o resultado financeiro da estatal.

A companhia investiu mais de R\$ 4 bilhões, cerca de 75% da meta de 2018. Para o presidente, esse índice ainda é pequeno em relação ao tamanho da Eletrobras, porém o grupo está no caminho certo. “Temos capacidade de gestão e atenção do **Ministério de Minas e Energia**”, explicou. Em 2019, a Eletrobras pretende continuar reduzindo os custos e retomar a usina de Angra III, que agregará 1,4GW de capacidade instalada à matriz brasileira.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 29/03/2019****Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: O lucro recorde das estatais**

Mercado S/A

Os tempos de gestão ineficiente das principais estatais brasileiras parecem ter ficado para trás. Em 2018, o lucro líquido somado de Petrobras (foto), Banco do Brasil e Eletrobras foi de R\$ 51,9 bilhões em termos nominais, sem considerar os efeitos da inflação. O avanço de espetaculares 489,7% em relação a 2017 foi impulsionado pela Petrobras, que pulou de prejuízo de R\$ 446 milhões para lucro de R\$ 25,8 bilhões. A Eletrobras lucrou R\$ 13,3 bilhões, enquanto o Banco do Brasil registrou resultado positivo de R\$ 12,9 bilhões. As companhias fecharam o pregão da bolsa, na quarta-feira, 27, com valor de mercado de R\$ 554,9 bilhões, puxado por Petrobras (R\$ 379,8 bilhões) e seguido por Banco do Brasil (R\$ 129,2 bilhões) e Eletrobras (R\$ 45,9 bilhões). Os dados foram compilados por Einar Rivero, gerente de relacionamento institucional da consultoria Economática, e refletem a mudança de direcionamento das empresas.

R\$ 14,4 bilhões

foi o lucro líquido da Vale no quarto trimestre de 2018, alta de 472% ante o mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, o lucro líquido da mineradora foi de R\$ 25,6 bilhões, o melhor resultado desde 2011. O balanço da companhia não traz os efeitos do rompimento da barragem de Brumadinho (MG), ocorrido em 25 de janeiro deste ano.

"A reforma da Previdência será o gatilho para disparar o crescimento da economia"

Claudio Raupp, presidente da HP Brasil

MME / ASCOM .